

objectivos políticos, elas tanto devem ser interrogadas enquanto Memórias úteis para a construção historiográfica, como hão-de ser entendidas como a visão de muitos que ignoravam os princípios da crítica da razão.

Em virtude do interesse das comunicações, o debate foi vivo, enriquecedor, estimulante. Participantes e comunicantes interagiram num diálogo intenso e profundo, de viva fruição intelectual.

Como conclusão dos trabalhos deste *VII Encontro* ficou demonstrada a pertinência do tema escolhido, as suas virtualidades e a necessidade de se aprofundarem os estudos sobre os seus infindáveis temas e recursos. Bem o demonstrou a participação do público, que ocorreu, não obstante os tempos de crise, que passam. A sua participação viva e interessada, contribuiu, decisivamente, para o êxito deste *VII Encontro*.

De acordo com as práticas de anos anteriores, no final dos trabalhos foi anunciado o tema e a data de realização do *VIII Encontro Cultural em S. Cristóvão de Lafões: Monasticon. Nos alvares de Cister*, que terá lugar a 11 e 12 de Maio de 2012.

Maria Alegria F. Marques

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
alegriamarques@sapo.pt

Mesa Redonda Luso-Brasileira

Sociedade e Poderes

(26 de Maio de 2011)

Numa iniciativa de alguns docentes da área de História Medieval, todos eles membros do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, e aproveitando a presença, em Portugal, de dois Colegas brasileiros, membros do GEMPO (Grupo de Estudos Medievais Portugueses), no dia 26 de Maio de 2011 organizou-se uma mesa-redonda de estudos medievais, subordinada ao tema *Sociedade e Poderes*.

Participaram os Professores Doutor Carlos Roberto Figueiredo Nogueira, Professor Titular da Universidade de São Paulo e representante da área na cátedra Jaime Cortesão, Académico correspondente da Academia Portuguesa

da História, e Coordenador do GEMPO, Doutora Gracilda Alves, Professora Adjunta do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Vice-Coordenadora do GEMPO, Doutora Leontina Ventura, Doutora Maria Alegria Marques e Doutora Maria Teresa Veloso, todas docentes da Secção de História do Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e membros do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.

A moderação coube à Professora Doutora Maria Helena da Cruz Coelho e ao Prof. Doutor António Resende de Oliveira, da mesma Faculdade e do mesmo Centro de estudos e investigação.

Com vasta obra sobre temáticas medievais peninsulares e particularmente portuguesas, nomeadamente na área das mentalidades (Igreja, cristianismo e bruxaria) e na da história política e social, com especial enfoque no reinado de D. Pedro I, o Prof. Carlos Roberto Figueiredo Nogueira debruçou-se sobre o tema *Reclusão e Proteção: os judeus em Portugal na crise do século XIV*.

Partindo da figura do judeu como depositária das expressões do medo e do ódio da sociedade no imaginário tumultuado em tempos da crise do século XIV, o autor teceu um leque de considerações acerca da mesma figura como o conspirador por excelência, o responsável pelas calamidades, pelo retardamento da segunda Parusia e pelo engrandecimento da cólera divina. Pese, embora, os judeus em Portugal e praticamente em toda a Península Ibérica, terem prosperado e criado afinidades e relações sociais aparentemente seguras, a crise do século XIV trouxe para o âmbito ibérico a busca da “quinta-coluna satânica” empenhada em fustigar e ameaçar o rebanho cristão. Foi neste contexto que o autor questionou as fontes no sentido de se perceber se as acções dos reis portugueses para com os judeus, podem ser entendidas como uma tentativa de normalizar e conter as tensões sociais, tendo apontado exactamente nesse sentido.

Já a professora Gracilda Alves, doutorada com uma dissertação com um tema de história medieval portuguesa (*Poder e sociedade na região de Pombal, Soure, Ega e Redinha (1385-1481)* (Niterói, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2001), em que analisa os diversos interesses senhoriais em presença e o seu conflito, com a vantagem final para o poder régio. Tendo percebido o particular ênfase na administração da justiça, destacou as cartas de perdão e mostrou como

elas foram importantes instrumentos para o processo de centralização régia do poder.

Foi exactamente nesta óptica que apresentou a sua comunicação, sobre *Judeus e Mouros na Chancelaria de D. João II*. Também na relação com estas minorias da sociedade portuguesa do séc. XV se percebe a actuação do rei como o condutor de toda a sociedade e o exercício da justiça como garantia da ordem e do bem comum, que pode ser representado pela paz e pelo ordenamento.

Coube a Maria Alegria Marques fazer a ponte entre as propostas dos Colegas brasileiros e das portuguesas. Assim, propôs-se apresentar a temática *Os judeus no entorno de mosteiros medievais portugueses*. Situou-se nos sécs. IX a XII, e com base na análise da documentação monástica relativa às terras entre Vouga e Mondego, propôs a existência de comunidades judaicas pelo espaço rural, as quais, em sua opinião, permitem seguir a trajectória das relações entre os mosteiros e os judeus, e perceber como, do mundo rural os homens de fé mosaica passaram, paulatinamente, ao espaço urbano e, da convivência entre cristãos e hebreus, lentamente se passou a atitudes de tolerância, que se encaminhariam, cada vez mais, para a intolerância.

De seguida, Leontina Ventura apresentou uma reflexão acerca de *Os cónegos regantes de S. Jorge de Coimbra: entre a conversatio e a commemoratio*. Conduziu-nos às origens do mosteiro de S. Jorge de Coimbra, ainda envoltas em lenda e misticismo. Identificou e acompanhou o percurso de alguns cónegos, que viriam a ser objecto de *commemoratio* e cujo nome – ligado à fundação ou a momentos cruciais da vida do mosteiro – ficou registado num obituário.

No entanto, advertindo de que se tratava de um estudo preliminar, mais programa ou projecto que resultado final, com ele quis dar conta, também, de que, mesmo quando se estuda a história de uma casa religiosa, a produção institucional não é, só por si, suficiente. Ou seja, não se pode deixar de recorrer à documentação de outros organismos que com ela tiveram alguma relação institucional, sobretudo os que sobre ela podem ter exercido alguma jurisdição eclesiástica ou civil. O cruzamento de vários factores, consequências e causas que se puderem seleccionar nos documentos do mesmo tempo e espaço, que se refram directa ou indirectamente ao mosteiro de S. Jorge, torna-se, pois, um desiderato e uma exigência.

Por último, Maria Teresa Veloso debruçou-se sobre *Memórias monásticas: santos e santidade em Portugal nos séculos XII e XIII*. Partiu das hagiografias, textos produzidos no *scriptorium* monástico, através dos quais se pode descobrir o pensamento e a cultura medievais, cujo estudo vai muito para além da intenção laudatória do santo biografado. As *vitae* documentam o pulsar da sociedade da época em que foram redigidas: os anseios, os medos, as emoções, os sentimentos que impregnam o quotidiano medieval. Por outro lado, pode ainda perscrutar-se nas *legendae*, além da cultura e do pensamento subjacentes ao meio que as produziu, vários acontecimentos marcantes da História daquela época. Assim, as hagiografias de santos portugueses dos séculos XII-XIII testemunham, directa ou indirectamente, os primeiros cem anos do reino e dos seus monarcas. Foi nesta perspectiva que centrou a sua análise, apresentando diversos casos de santidade e exemplos das notas que ia fazendo sobressair.

Num anfiteatro repleto de alunos, no final, seguiu-se animado debate, com uma forte participação discente.

Tão animada e animadora foi a iniciativa, que os alunos tanto a saudaram como propuseram a sua continuidade. Foi, por certo, a melhor das conclusões.

Maria Alegria F. Marques

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
alegriamarques@sapo.pt

Colóquio internacional *Religiosidade, o Tribunal do Santo Ofício e as Minas setecentistas*

Realizou-se em Tiradentes (Minas Gerais, Brasil), entre 1 e 3 de Junho de 2011 o colóquio internacional *Religiosidade, o Tribunal do Santo Ofício e as Minas setecentistas*. A iniciativa foi promovida através de uma parceria que juntou as Universidades Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte), Federal de São João del Rei, Estadual do Rio de Janeiro, Federal de Juiz de Fora e o CHAM da Universidade Nova de Lisboa, tendo sido competentemente organizada pelos doutores Júnia Furtado, Maria Leónia Chaves, Daniela Buono Calainho e Alexandre Mansur.